

GLOBALIZAÇÃO, RELAÇÕES INTERFIRMAS E TRABALHO NO SÉCULO XXI

Fabiane Santana Previtali¹

Tulio Barbosa²

Carlos Lucena³

Robson Luiz de França⁴

RESUMO: O objetivo do artigo é discutir o processo de globalização no âmbito da nova ordem do capital com especial atenção às estratégias de reestruturação produtiva dos setores econômicos, particularmente às relações interfirmas e os novos mecanismos de controle do capital sobre o trabalho. Parte-se do pressuposto que a globalização com, a aceleração dos processos de internacionalização e mundialização, inerentes ao capitalismo desde os séculos XV e XVI, assumem novos contornos no século XXI, inaugurando uma nova fase de acumulação do capitalismo. Nessa perspectiva, entende-se que a globalização não leva o Estado-Nação ao declínio, mas recria as relações de poder e equilíbrio de forças entre as esferas pública e privada, nacional e internacionalmente.

¹ Professora doutora da Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-graduação em Educação e Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação e Sociedade – GPTES. Pesquisadora Fapemig.

² Professor doutor da Universidade Federal de Uberlândia do Instituto de Geografia. Pesquisador do GPTES e do Núcleo de Pesquisa e Estudos em História, Trabalho e Cidade – NUPEHCIT.

³ Professor doutor da Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-graduação em Educação. Pesquisador produtividade CNPq. Pesquisador do GPTES.

⁴ Professor doutor da Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-graduação em Educação. Pesquisador do GPTES.

PALAVRAS-CHAVE: Globalização. Capitalismo. Trabalho. Relações de Poder.

ABSTRACT: The aim of this paper is to discuss the process of globalization in the new capitalist order with special attention to the strategies of productive restructuring of economic sectors, particularly to intercompany relationships and new mechanisms of control of capital over labor. It starts with the assumption that globalization, accelerating the process of internationalization and globalization, inherent in capitalism since the fifteenth and sixteenth centuries, take on new contours in the twenty-first century, inaugurating a new phase of capitalist accumulation. From this perspective, it is understood that globalization does not lead the nation state to decline, but recreates the relations of power and balance of power between the public and private spheres, both nationally and internationally.

KEYWORDS: Globalization. Capitalism. Work. Power Relations.

1. Introdução

A definição mais aceita de globalização enfatiza a crescente interdependência das nações e a formação de instituições globais de organização e controle das relações socioinstitucionais. Uma variável, muitas vezes implícita nesse tipo de definição é que o global e o nacional são dois domínios mutuamente exclusivos, e as análises tendem a conduzir à noção de ganhos globais para todos.⁵ Torna-se premente conceber a globalização em termos de interdependência entre as nações no âmbito da nova divisão internacional do trabalho, envolvendo novas formas de controle

⁵ CASTELLS, M; PEKKA, H. *Estado del bienestar y sociedad de la informacion: el modelo finlandês*. Madrid: Alianza Editorial, 2002; VAN DER PIJL, K. *The making of an atlantic ruling class*. Londres: Verso, 1988.

e coordenação entre as cadeias produtivas e entre estas e o Estado-Nação.⁶ Isso significa apreender o caráter essencialmente capitalista do modo de produção vigente e de seus elementos centrais, envolvendo a produção de produtos e serviços para a troca lucrativa no mercado através da competição e da maximização dos lucros. Isso significa ainda analisar o processo de globalização e expansão do capitalismo como elementos intrínsecos a uma dada forma de sociabilidade humana histórico-social.

Assim, o objetivo deste artigo é discutir as estratégias de globalização dos setores industriais, demonstrando como o processo de globalização no âmbito da nova ordem do capital impõe novos mecanismos de controle do capital sobre o trabalho. Parte-se do pressuposto que a globalização com a aceleração dos processos de internacionalização e mundialização, inerentes ao capitalismo desde os séculos XV e XVI, assumem novos contornos no século XXI, inaugurando uma nova fase de acumulação do capitalismo. Nessa perspectiva, entende-se que a globalização não leva o Estado-Nação ao declínio, mas recria as relações de poder e equilíbrio de forças entre as esferas pública e privada, nacional e internacionalmente.

2. Globalização e a nova ordem do capital

O capital não é uma entidade material e menos ainda um mecanismo racional controlável, dado que sua regra fundamental consiste em sua própria reprodução e sua contínua expansão. “É

⁶ AMIN, A. Post-fordism: models, fantasies and phantoms of transition. In: AMIN, A. (Ed.). *Post-fordism: a reader*. Oxford: Blackwell, 1996; GEREFFI, G. Global commodity chains: new forms of coordination and control among nations and international industries. *Competition & Change*, Leeds, v. 1, n. 4, p. 427-439, maio 1996; WOOD, E. M. *The origin of capitalism*. New York: Monthly Review Press, 1999; COX, K. R. Introduction: globalization and its politics in question. In: COX, K. R. (Ed.). *Spaces of globalization: reasserting the power of the local*. London: Guilford, 1997; IANNI, O. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

um modo de controle do metabolismo social⁷ construído ao longo de um processo histórico que se torna um controle totalizante na medida em que todos os seres humanos devem se ajustar a ele com o risco de não sobreviverem. A característica de engolir a tudo e a todos lhe concede o caráter de dinamismo que, por sua vez, conduz à ineficácia qualquer tentativa de controle. “Ironicamente, na visão de seus defensores, se supõe esse sistema inteiramente democrático”.⁸

Por necessidade, o sistema de capital se articula e se consolida como uma estrutura de mando, sendo as possibilidades de vida dos indivíduos determinadas de acordo com a posição que assume nessa estrutura e aos grupos sociais aos quais pertence. Nesse sentido, desenvolve-se uma correlação entre economia e política, cuja primeira expressão deu-se com a formação do Estado Moderno no século XVI. No século XX, pode-se mencionar essa correlação na consolidação do Estado do Bem Estar Social nas sociedades europeias ocidentais, e no século XXI com a consolidação do neoliberalismo.

Em suas mais profundas determinações, o sistema de capital é orientado à expansão e acumulação.⁹ Daí a necessidade de as empresas capitalistas estarem sempre em busca de novos mercados, redefinindo as relações inter e intra países estabelecendo novas relações interfirmas que atendem ao objetivo primeiro de melhor e mais eficiente controle do capital sobre o trabalho.¹⁰

À medida que se observa o avanço do modo de controle do capital, trazendo consigo a difusão da alienação e do fetichismo,

⁷ MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002, p. 67.

⁸ *Ibid.*, p. 72.

⁹ MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002; ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000; WOOD, E. M. *The origin of capitalism*. New York: Monthly Review Press, 1999.

¹⁰ MEIKSINS, P. Labor and monopoly capital for the 1990s: a review and critique of the labor process debate. *Monthly Review*, v. 46, n. 6, nov. 1994; BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

a autossuficiência vai deixando de existir, dando lugar a um modo específico de controle do metabolismo social. Ele entra em contraste com os demais na medida em que, voltado totalmente para a expansão, não pode ser confinado, a não ser temporariamente, aos limites artificiais vinculados à sua circulação. “Por sua própria natureza, é um sistema global, demolindo todos os obstáculos que se lhe apresentam”.¹¹

O modo de produção capitalista é um sistema global, desde sua criação, no qual produtos e serviços, dos mais básicos e necessários para a vida, são produzidos para troca lucrativa. Nele, o trabalho humano é uma mercadoria para ser vendida no mercado e, posto que todos são atores econômicos dependentes no mercado, os requerimentos de competição e maximização dos lucros passam a ser a fundamental função na vida. Assim, todos, sem distinção, se tornam atores econômicos envolvidos e dependentes da economia globalizada.¹²

Em função dessas características, o capitalismo é um sistema único, cuja expansão ocorre através do desenvolvimento das forças de produção e do aumento constante da produtividade do trabalho por meio da inovação técnica.¹³ Acima de tudo é um sistema no qual a maior parte do volume do trabalho da sociedade é feito por trabalhadores que foram separados da propriedade, dos meios de produção, sendo obrigados a vender a sua força de trabalho em troca de salário para ter acesso aos meios de vida.¹⁴

No processo de suprir as necessidades da sociedade, os trabalhadores são, ao mesmo tempo, criadores de lucro para aqueles os quais compram o seu poder de trabalho, posto que a produção de produtos e serviços é subordinada à produção do capital e do lucro do capitalista, propiciando a própria expansão do capital. Essa forma de suprir as necessidades humanas é

¹¹ MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002, p. 97.

¹² WOOD, E. M. *The origin of capitalism*. New York: Monthly Review Press, 1999.

¹³ *Ibid.*

¹⁴ MARX, K. *O capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

diferente de todas as anteriores e tem existido há pouco tempo em relação à existência da humanidade, ou seja, não antes do início dos tempos modernos e até aquele momento, somente nos países da Europa Ocidental.¹⁵

Embora ideologicamente seja apresentado como uma forma de organização social fundada na liberdade e na busca das oportunidades no livre mercado – mais do que nunca hoje elementos do discurso político neoliberal – a característica que o distingue é a compulsão. Ela é constitutiva do capitalismo na medida em que, por um lado, a vida material e a reprodução social no sistema são universalmente mediadas pelo mercado, sendo todos os indivíduos, de uma forma ou de outra, obrigados a participar das relações de mercado para terem acesso aos meios de vida. E por outro lado, porque os ditames do mercado capitalista, seus imperativos de competição, acumulação, maximização dos lucros e crescimento da produtividade do trabalho regulam não somente as transações econômicas, mas todas as relações sociais.¹⁶

O capital, com seu potencial de produção de valores datado historicamente, não pode ser realizado sem entrar no domínio da circulação, redefinido radicalmente a relação entre produção e consumo de forma a submetê-las à criação de valores de troca, tornando-se o “mais dinâmico e efetivo extrator de mais-trabalho da história”.¹⁷

De acordo com Mészáros, o metabolismo de controle de capital passa a regular uma nova ordem social, formando um conjunto de “mediações de segunda ordem que se sobrepõem às chamadas mediações de primeira ordem”.¹⁸

As mediações de primeira ordem¹⁹ têm por finalidade a

¹⁵ WOOD, E. M. *The origin of capitalism*. New York: Monthly Review Press, 1999.

¹⁶ Ibid.

¹⁷ MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002, p. 107.

¹⁸ Ibid.

¹⁹ As mediações de primeira ordem são: (a) regulação do processo de trabalho

preservação da vida individual e social uma vez que os seres humanos são parte da natureza, sendo suas necessidades realizadas a partir da sua relação e interação com a mesma e não sobrevivendo sem essa interação que, por sua vez, ocorre através de uma ação planejada e transformadora sobre o meio.²⁰

Essas determinações são ontológicas e os indivíduos reproduzem sua existência por meio de uma ação singular, dada pelo trabalho, através do qual ocorrem a autorreprodução e a reprodução da sociedade. Cumpre ressaltar que esses elementos não implicam necessariamente na formação de estruturas de dominação e subordinação tal qual se apresentam no metabolismo de controle do capital e suas mediações de segunda ordem.²¹

As mediações de segunda ordem correspondem à formação do sistema de capital durante uma época histórica específica e que acabaram por se sobrepor às mediações de primeira ordem, à medida que transformou em propósito universal, de toda a humanidade, a produção e reprodução do próprio capital, separando valores de uso e valores de troca e subordinando o primeiro ao segundo.²²

Os elementos que caracterizam o sistema de mediações do capital são:

- (a) separação e alienação do trabalhador com relação aos meios de produção;
- (b) imposição dessas condições para os trabalhadores;
- (c) personificação do capital nos capitalistas para atender aos seus imperativos expansionistas;

e o uso dos instrumentos bem como dos empreendimentos produtivos; (b) organização, coordenação e controle de atividades materiais e culturais, visando atender a reprodução de um sistema social cada vez mais complexo; (c) alocação racional dos recursos materiais e humanos disponíveis de forma a combater formas de escassez e (d) constituição e organização de regulamentos sociais para a totalidade dos seres sociais.

²⁰ MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

²¹ ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.

²² Ibid.

(d) personificação do trabalho nos operários, reduzindo a identidade desse sujeito às suas funções reprodutivas fragmentárias.

É inegável que ao longo da história o processo de formação e consolidação do sistema do capital implicou em aumento de produtividade e na sua globalização via expansão dos mercados, inovação técnica e/ou organizacional e barateamento das mercadorias. Mas por outro lado, é igualmente inegável que houve a perda do controle sobre o sistema de reprodução social em sua totalidade, dada a separação entre produção e controle, ainda que essa perda permanecesse oculta durante as fases de expansão.²³

A separação entre produção e controle, sendo esta última exercida pelos agentes personificados do capital (o empresário, o gerente, o diretor de fábrica, do Estado), combinada com a separação entre produção e consumo, que adquirem uma existência separada e problemática, juntamente com as formas ideológicas de dominação do sistema social, formam as três instâncias estruturais do sistema de dominação do capital.²⁴

Apesar da aparência de que é possível regular e controlar esse sistema por meio de mecanismos político-institucionais e ideológicos, como o Estado intervencionista, particularmente o Estado do bem-estar social, a incontrolabilidade é consequência de suas características intrínsecas presentes desde o início de sua formação.²⁵

Assim, as tentativas de controle são caracterizadas por serem temporais e se manifestam por meio de conflitos e confrontações entre forças sociais antagônicas e hegemônicas em condições histórico-sociais específicas. Esse foi o caso da formação,

²³ ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000; MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002; WOOD, E. M. *The origin of capitalism*. New York: Monthly Review Press, 1999.

²⁴ MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

²⁵ ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000; MARX, K. *O capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

consolidação e esgotamento do padrão de acumulação taylorista-fordista dos anos 1930-1970 e a formação da acumulação flexível.²⁶

3. Globalização e as novas relações interfirmas

Braverman já havia enfatizado a contínua reestruturação do local de trabalho pelo capital, através da introdução da inovação técnica como meio de combater a resistência dos trabalhadores e assegurar o controle do processo produtivo, visando à maximização dos lucros via aumento da produtividade do trabalho.²⁷

A necessidade de expansão do capitalismo implicou em um processo de internacionalização dos países onde se desenvolveu, visando à conquista de novos mercados – e desenvolvendo complexas relações de dominação e dependência não somente entre os povos de países e regiões, mas também nos limites de cada Estado-Nação. Esse processo sofreu um relativo retrocesso ao longo da década de 1950 com a consolidação do padrão taylorista-fordista de acumulação na medida em que este possibilitava – e até mesmo exigia – um crescimento regular do mercado interno.²⁸ Com o esgotamento desse

²⁶ HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992; ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000; LUCENA, C. Trabalho, capitalismo e formação dos trabalhadores. In SCOCUGLIA, A. et al. *O controle do trabalho no contexto da reestruturação produtiva do capital*. Curitiba: CRV, 2011; PREVITALI, F. S. Aspectos teóricos e estudos empíricos. In: SCOCUGLIA, A. et al. *O controle do trabalho no contexto da reestruturação produtiva do capital*. Curitiba: CRV, 2011.

²⁷ BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

²⁸ AGLIETTA, M. *A comment and some tricky questions*. Paris: University of Paris X – Nanterre; CPEII – Centre d'Etudes Prospectives d'Informations Internationales, 2000. Mimeografado; BIHR, A. *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise*. São Paulo: Boitempo, 1998; BOYER, R. *Is a finance led growth regime a viable alternative to fordism?* Paris: Cepremap; CNRS; EHESS, 2000. Mimeografado.

padrão de acumulação, o capital vem retomando o processo de internacionalização e iniciando um movimento de globalização e transnacionalização tanto em nível dos mercados quanto em nível da produção.

As características centrais do processo de globalização são: (a) maior interpenetração e interdependência das economias centrais, juntamente com um maior grau de concorrência, resultando em um processo de especialização das empresas e (b) nova divisão internacional do trabalho que tende a se sobrepor sobre aquela baseada na troca entre matérias-primas e produtos industrializados, desenvolvendo uma divisão fundada na oposição entre os setores indústrias.²⁹

A produção em massa atingiu maior nível de desenvolvimento durante a década de 1950 quando já se encontrava superada a fase de reconstrução da capacidade produtiva do pós-guerra e consolidava-se o padrão de produção e consumo com base nas vantagens das economias de escala e na utilização de uma força de trabalho com pouca qualificação. Nesse contexto, os setores mais dinâmicos da economia,³⁰ entre eles o automotivo, tinham como estratégia a instalação de plantas em países de economias em desenvolvimento, como o mercado brasileiro.

Na década de 1970, o mercado automotivo internacional foi abalado pela concorrência das empresas montadoras japonesas. Entre os anos de 1967 e 1978, a participação destas empresas evoluiu de 5,3% para 18,9%. Somente no mercado norte-americano de automóveis, a participação japonesa cresceu de 4% em 1970 para 15% em 1979 e 21% em 1980. O crescimento excepcional que ocorreu entre 1979 e 1980 se deveu ao fato de terem sido diminuídas as medidas protecionistas desse país aos

²⁹ COX, K. R. Introduction: globalization and its politics in question. In: COX, K. R. (Ed.). *Spaces of globalization: reasserting the power of the local*. London: Guilford, 1997; BIHR, A. *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise*. São Paulo: Boitempo, 1998.

³⁰ TAVARES, M. C. *A Economia política da crise: problemas e impasses da política econômica brasileira*. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.

produtos japoneses.³¹

A década de 1980 foi marcada por um amplo processo de adaptação e imitação dos métodos japoneses por parte dos setores econômicos ocidentais.³² O chamado modelo japonês ou toyotismo, cujos elementos proporcionam maior controle sobre o fluxo do processo de trabalho e sobre o movimento sindical, constituiu o primeiro movimento de globalização da era moderna no sentido oriente/ocidente.³³

Nesse momento, as palavras de ordem nas empresas passaram a ser qualidade e flexibilidade. Inicialmente, a reestruturação produtiva envolveu a adoção de algumas técnicas isoladas e seletivas voltadas para o controle do processo de trabalho, visando à otimização do processo de produção, a redução dos chamados desperdícios e o maior envolvimento do trabalhador. As técnicas mais introduzidas pelas empresas foram: os Grupos de Controle da Qualidade (CCQs), os gráficos de Controle Estatístico de Processo (CEP) e o *Just in Time* (JIT) interno. Com o fracasso de muitos desses programas, particularmente os que visavam o envolvimento do trabalhador, as empresas começaram a adotar uma prática mais sistêmica no processo de reestruturação.³⁴

³¹ PREVITALI, F. S. As relações de subcontratação no setor de autopeças: um estudo de caso. 1996. 148 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

³² GARRAHAN, P.; STEWART, P. The Nissan enigma: flexibility at work in a local economy. London: Mansell, 1992; AMIN, A. Post-fordism: models, fantasies and phantoms of transition. In: AMIN, A. (Ed.). *Post-fordism: a reader*. Oxford: Blackwell, 1996.

³³ ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.

³⁴ HILL, S. Why quality circles failed but total quality might succeed. *British Journal of Industrial Relations*, Londres, v. 29, n. 4, p. 541-568, dez. 1991; PREVITALI, F. S. Reestruturação produtiva e novas relações interfirmas na cadeia automobilística nos anos 90. *Produto & Produção*, Porto Alegre, v. 4, n. 3, p. 62-76, out. 2000; PREVITALI, F. S. Aspectos teóricos e estudos empíricos. In: SCOCUGLIA, A. et al. *O controle do trabalho no contexto da reestruturação produtiva do capital*. Curitiba: CRV, 2011; PREVITALI, F. S.

Somente no final da década e durante os anos 1990 é que as empresas passaram a implementar programas de abordagem mais sistêmica das práticas toyotistas, envolvendo o Controle Total da Qualidade (TQM) e o JIT externo, isto é, com as empresas fornecedoras.³⁵ Houve a intensificação do processo de reestruturação produtiva através da introdução de dois tipos de inovação, quais sejam: (a) inovações técnicas, envolvendo mudança de *lay-out*, introdução de robôs e sistemas CAD/CAM e (b) inovações organizacionais, que implicavam na desverticalização e subcontratação, formação de mini-fábricas, ilhas ou células de produção e introdução do trabalho multifuncional e em grupos.³⁶

A esse conjunto de mudanças, Ackroyd e Whitaker³⁷ denominaram de flexibilidade organizacional, relacionando-a aos seguintes elementos:

As relações de subcontratação no setor de autopeças: um estudo de caso. 1996. 148 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

³⁵ SALERNO, M. S. Produção, trabalho e participação: CCQ e Kanban numa nova imigração japonesa. In: FLEURY; FICHER (Org.). *Processo de trabalho e relações de trabalho no Brasil*. São Paulo: Atlas, 1985; ALVES, G. *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2000.

³⁶ ABREU, A. R. et al. *Projeto II. Reestruturação produtiva e qualificação*. Campinas: Cedes/Finep/CNPq-PCDT, 1998; _____. *Subprojeto IV. Reestruturação produtiva, trabalho e educação: os efeitos sociais da terceirização Industrial em três regiões do país*. Campinas: Cedes/Finep/CNPq-PCDT, 1998; _____. *Relatório final*. Campinas: Cedes/Finep/CNPq-PCDT, 1998; PREVITALI, F. Dinámica del progreso técnico y relaciones de clase en el capitalismo: el caso de una empresa de montaje en el Brasil de los años noventas. *Estudios Latinoamericanos*. Nueva Época, Cidade do México, n. 21, p. 61-84, enero-junio, 2008; PREVITALI, F. S. Reestruturação produtiva e novas relações interfirmas na cadeia automobilística nos anos 90. *Produto & Produção*, Porto Alegre, v. 4, n. 3, p. 62-76, out. 2000.

³⁷ ACKROYD, S; WHITAKEN, A. Manufacturing decline and the reorganisation of manufacture in Britain. In: STEWART, P. et al. *Restructuring for economic flexibility*. Aldershot: Avebury, 1990.

- (a) reorganização da produção e da cadeia de produtos;
- (b) procura de novos métodos de financiamento;
- (c) desenvolvimento de novas relações com fornecedores e
- (d) revitalização do uso do equipamento de capital e do trabalho.

Há duas formas de as empresas atingirem a flexibilidade organizacional, quais sejam:

- (a) investment-led flexibility (flexibilidade liderada pelo investimento): a flexibilidade é procurada em termos de uso de novas tecnologias;
- (b) labour-led flexibility: (flexibilidade liderada pelo trabalho): a ênfase ocorre sob formas variadas de uso do trabalho frequentemente como um substituto para mais adequados níveis de investimento de capital.

Entretanto, uma vez engendrado um processo de reestruturação as empresas se utilizam de ambas as estratégias para sua adequação à nova dinâmica do mercado.

A reestruturação produtiva das empresas deve ser entendida como inserida e regulada por uma estratégia de acumulação de corporações que atuam em escala global. A corporação se utiliza das vantagens competitivas presentes em cada país e região, integrando, sempre de forma desigual, ou simplesmente excluindo esses países ou regiões do mercado global. Gereffi propõe uma nova abordagem para a análise desse processo de transformação mundial fundada no conceito de cadeia de *commodity* global.³⁸

A abordagem de cadeias de *commodity* objetiva o estudo do capitalismo global e não do desenvolvimento nacional, uma vez que as perspectivas de desenvolvimento dos países são

³⁸ GEREFFI, G. Global commodity chains: news forms of coordination and control among nations and international industries. *Competition & Change*, Leeds, v. 1, n. 4, p. 427-439, maio 1996.

condicionadas pela forma de sua incorporação em indústrias globais. As cadeias de *commodity* consistem, portanto “em laços entre as sucessivas fases de fornecimento de matérias-primas, manufatura, distribuição e venda que resultam no produto final disponível para o consumo individual”.³⁹

As cadeias de *commodity* globais preocupam-se em explicar, fundamentalmente, as estruturas de coordenação e controle em indústrias globais essenciais para a coordenação de sistemas de produção globalizada. Gereffi⁴⁰ destaca dois tipos distintos de estrutura de coordenação, quais sejam:

(a) producer-driven commodity chain (cadeias de commodity globais orientadas pelos produtores): cadeias nas quais as empresas transnacionais ou outras grandes empresas integradas desempenham um papel central de controle do sistema de produção. A principal característica das cadeias orientadas pelos produtores é o controle exercido pela sede administrativa das empresas transnacionais;

(b) buyer-driven commodity chain (cadeias de commodity globais orientadas pelos compradores): cadeias nas quais os grandes varejistas, os comerciantes de marcas e as empresas comerciais, desempenham o papel principal no estabelecimento de redes de produção descentralizadas em uma variedade de países exportadores tipicamente localizados no Terceiro Mundo. A tarefa principal das empresas que dominam essa cadeia é gerenciar a rede de produção e comercialização.

De acordo com Gereffi, os países inserem-se nas cadeias de *commodity* globais através do fornecimento de bens e serviços para a economia mundial.⁴¹ No caso dos países economicamente periféricos, como o Brasil, o autor destaca que tais países possuem cinco grandes papéis exportadores:

³⁹ Idem, p. 34.

⁴⁰ Idem.

⁴¹ Idem.

- (a) exportação de produtos primários;
- (b) zonas de processamento de exportação – montagem intensiva em trabalho de produtos manufaturados simples a partir de componentes importados, tipicamente em fábricas estrangeiras (a grande empresa estrangeira é totalmente responsável pelo fornecimento do insumo);
- (c) subcontratação para fornecimento de componentes – manufatura e exportação de componentes em indústrias tecnologicamente avançadas nos países de industrialização recente, sendo a montagem final geralmente realizada em países desenvolvidos (a grande empresa estrangeira é totalmente responsável pela compra dos componentes);
- (d) manufatura de equipamentos originais – manufatura de bens de consumo acabados por produtores contratados, frequentemente em fábricas nacionais. O fornecimento dos insumos e a manufatura do produto final são responsabilidade do contratado e o produto é distribuído e comercializado no exterior por grandes empresas comerciais, cadeias varejistas estrangeiras ou comerciantes de marca;
- (e) manufatura da marca original – estágio final do desenvolvimento de uma economia de exportação, pois há o estabelecimento de marca proprietária que possibilita aos exportadores uma presença mais visível em redes varejistas locais e estrangeiras.

A reestruturação envolve ainda investimentos em inovação de produto e processo, os quais se tornaram áreas importantes para a garantia da competitividade. As inovações técnicas e/ou organizacionais implementadas permitem a redução do tempo de vida útil da mercadoria e, conseqüentemente, acelera o tempo de giro do capital a fim de ampliar a capacidade de sobrevivência no mercado global.⁴²

As novas estratégias passaram a definir uma nova forma

⁴² CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996; HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

de coordenação e controle ao longo da cadeia produtiva, configurando uma nova relação interfirmas⁴³ pautada na desverticalização, terceirização e subcontratação de atividades, bem como na realocação de unidades produtivas para estado e/ou regiões mais atrativas, compondo uma rede de abastecimento em âmbito mundial, através do global *sourcing*. Essas estratégias implicam na intensificação da competição aos processos de fusão/aquisição e na conseqüente concentração econômica dos setores produtivos, com significativas perdas para a classe trabalhadora.⁴⁴

4. Globalização e trabalho

As novas relações interfirmas, juntamente com a introdução de novas formas de controle do trabalho, como o trabalho em equipes e o monitoramento eletrônico,⁴⁵ afetaram profundamente a classe trabalhadora e suas formas resistência. Nesse contexto, o movimento sindical tendeu a adotar uma postura defensiva em relação às mudanças introduzidas pelas empresas: a perda dos

⁴³ ABREU, A. R. et al. *Projeto II. Reestruturação produtiva e qualificação*. Campinas: Cedes/Finep/CNPq-PCDT, 1998; _____. *Subprojeto IV. Reestruturação produtiva, trabalho e educação: os efeitos sociais da terceirização Industrial em três regiões do país*. Campinas: Cedes/Finep/CNPq-PCDT, 1998; _____. *Relatório final*. Campinas: CEDES/FINEP/CNPq-PCDT, 1998; PREVITALI, F. Dinámica del progreso técnico y relaciones de clase en el capitalismo: el caso de una empresa de montaje en el Brasil de los años noventas. *Estudios Latinoamericanos*. Nueva Época, Cidade do México, n. 21, p. 61-84, enero-junio, 2008; PREVITALI, F. S. Reestruturação produtiva e novas relações interfirmas na cadeia automobilística nos anos 90. *Produto & Produção*, Porto Alegre, v. 4, n. 3, p. 62-76, out. 2000.

⁴⁴ COX, K. R. Introduction: globalization and its politics in question. In: COX, K. R. (Ed.). *Spaces of globalization: reasserting the power of the local*. London: Guilford, 1997.

⁴⁵ PREVITALI, F.S.; FARIA, A. F. Reestruturação produtiva, trabalho e qualificação: um estudo sobre o setor de tabaco em Uberlândia-MG. In: LUCENA, C. (Org.). *Trabalho, precarização e emancipação humana*. Campinas: Alínea. 2008.

empregos e de direitos sociais. Houve redução na redução das taxas de sindicalização em diversos países de economicamente avançados entre eles: Estados Unidos, França, Japão, Suíça e Reino Unido.⁴⁶

Atkinson sugere o conceito de firma flexível, na qual novas formas de trabalho estão emergindo e quebrando o convencional, unitário e hierárquico mercado de trabalho dominante.⁴⁷ A análise do autor centra-se na questão do trabalho e responde adequadamente às mudanças engendradas pelas empresas e suas implicações sobre a classe trabalhadora. As mudanças pretendem assegurar grande flexibilidade da força de trabalho no âmbito da atividade econômica (flexibilidade numérica) e da natureza da atividade (flexibilidade funcional).

A flexibilidade numérica é obtida através do uso de trabalho periférico, o qual experimenta condições inferiores como as precárias condições de segurança no trabalho, sendo um trabalho temporário e/ou casual e subcontratado. Cumpre ressaltar que o uso do trabalho periférico pode ser ajustado de forma relativamente fácil e com rapidez de acordo com as indicações das condições do mercado.⁴⁸ Normalmente, a fim de assegurar esse tipo de flexibilidade, a empresa pode utilizar-se de uma força de trabalho periférica contratada por um período curto, os temporários, recorrendo para tanto às empresas especializadas, aos trabalhadores domésticos ou ainda às agências de temporários.⁴⁹

⁴⁶ ANTUNES, R. Trabalho, reestruturação produtiva e algumas repercussões no sindicalismo brasileiro. In: ANTUNES, R. (Org.). *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos*. São Paulo: Boitempo, 1998.

⁴⁷ ATKINSON, J. The changing corporation. In: CLUTTERBURCK (Ed.). *New patterns of the work*. Aldershot: Gower, 1985.

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ BURROWS et al. Introduction: fordism, post-fordism and economic flexibility. In: _____. *Fordism and flexibility: divisions and changes*. London: MacMillan Press, 1994; VASAPOLLO, L. *O trabalho atípico e a precariedade*. São Paulo: Expressão Popular, 2005; ANTUNES, R. (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

Já a flexibilidade funcional é obtida dentro do grupo central da força de trabalho mudando uma série de recompensas, tais como condições de trabalho e segurança do emprego. O objetivo é manter um grupo central de trabalhadores estáveis, com alto grau de benefícios e altos salários em função de sua habilidade em mudar de tarefas e em adquirir novas habilidades, portanto em ser flexível.⁵⁰

A reestruturação produtiva e a globalização, associadas ao avanço das tecnologias de comunicação e da microeletrônica representou novas exigências de qualificação dos trabalhadores. O que se observa durante essa nova fase de reestruturação do capital é a redução do tempo de trabalho físico e manual direto, característico do taylorismo-fordismo, combinada com o crescimento do trabalho multifuncional, flexível e participativo, elementos centrais do toyotismo.⁵¹

O processo de reorganização do trabalho está originando uma forma de controle do processo produtivo mediante a introdução de tecnologias de informação⁵² e práticas gerenciais, cujo discurso assenta-se na cooperação, no envolvimento e na parceria do trabalhador. As empresas observaram que muito do processo de inovação, particularmente as inovações incrementais⁵³ no processo de trabalho, dependem da participação do trabalhador

⁵⁰ BURROWS et al. Introduction: fordism, post-fordism and economic flexibility. In: _____. *Fordism and flexibility: divisions and changes*. London: MacMillan Press, 1994.

⁵¹ PREVITALI, F. Dinámica del progreso técnico y relaciones de clase en el capitalismo: el caso de una empresa de montaje en el Brasil de los años noventas. *Estudios Latinoamericanos*. Nueva Época, Cidade do México, n. 21, p. 61-84, enero-junio, 2008; ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.

⁵² Para maiores considerações sobre tipos de tecnologias, consultar PREVITALI, 2006. Op. cit.

⁵³ Inovações incrementais são aquelas que ocorrem sem resultado direto de uma pesquisa formal, mas através de pequenas mudanças no processo produtivo. Seus efeitos estão mais relacionados ao crescimento da produtividade. Consultar PREVITALI, 2006. Op. cit.

direto. Quanto mais motivado e envolvido ele estiver com os objetivos da empresa, maiores serão as possibilidades de ocorrência de pequenas mudanças operacionais que impactarão de forma significativa na redução de custos, bem como na eficiência do processo produtivo e, dessa forma, a empresa estará mais bem adaptada às condições de concorrência no mercado.

As mudanças sugeridas pelos trabalhadores incluem adaptação de ferramental, agilidade de transporte de peças e de comunicação interna, apresentação do produto, uso mais racional de matérias-primas e de pessoal visando à eficiência. Estudos têm demonstrado que, ao sugerir tais mudanças, o trabalhador acaba por colaborar com a gerência administrativa, indicando-lhe onde o trabalho pode ser feito por menos pessoas e/ou em menor tempo.⁵⁴ Portanto, esses trabalhadores passam a ser cogestores do processo de racionalização do processo de trabalho.

No contexto da globalização passa a ser um diferencial na concorrência intercapitalista obter o comprometimento e a participação dos trabalhadores de chão de fábrica na forma de sugestões e projetos sobre o sistema produtivo no dia a dia no local de trabalho. Esse comprometimento assenta-se no discurso da cooperação, do envolvimento e da parceria do trabalhador.

Ao mesmo tempo, a gerência começa a enfatizar um conjunto de qualificações e habilidades dos trabalhadores do chão-de-fábrica que até então não eram significativos. Pesquisas realizadas por Previtali e Faria mostram que quesitos subjetivos tais como: saber trabalhar em grupos, ter iniciativa, ser participativo e ser responsável passaram a ter prioridade em detrimento da experiência profissional.⁵⁵ Elementos subjetivos e comportamentais tornam-se fundamentais para assegurar a disciplina e o comprometimento do trabalhador no local de trabalho

⁵⁴ PREVITALI, F. S.; FARIA, A. F. Reestruturação produtiva, trabalho e a qualificação: um estudo sobre o setor de tabaco em Uberlândia-MG. In: LUCENA, C. (Org.). *Trabalho, precarização e emancipação humana*. Campinas: Alínea. 2008.

⁵⁵ Idem.

e também fora dele.

Dessa forma, o trabalho reestruturado é marcado pela intensificação do trabalho (gerenciamento *by stress*); pela flexibilização da produção, do trabalho e do trabalhador; exige-se deste flexibilidade para que se submeta a jornadas de trabalho prolongadas, incluindo-se horas extras, polivalência para executar diferentes tarefas e operar vários tipos de máquinas e equipamentos, além de aptidões que favoreçam o trabalho em equipe.⁵⁶

O que se observa a partir da década de 1990 é a construção de uma nova forma de racionalização do processo de trabalho que potencializa o controle e a vigilância no local de trabalho e impõem aos trabalhadores um intenso e cuidadoso monitoramento por meio das análises constantes de índices de produtividade, de desempenho, de satisfação, entre outras. As novas estruturas de controle, pautadas na vigilância eletrônica e pelos pares,⁵⁷ são apresentadas sob a celebração da qualificação do trabalhador e de sua maior inserção intelectual no processo.

A educação não está alheia às transformações que se processam na produção capitalista. Ela ajusta-se às exigências demandadas por esta e os novos modelos e propostas pedagógicas acompanham a evolução das tecnologias e das novas formas de organização da produção, o que tem implicado em profundas transformações no processo educacional, bem como nas políticas públicas educacionais.⁵⁸

A dissociação entre concepção e execução, isto é, entre trabalho intelectual e trabalho manual foi a forma pela qual o capital impôs subordinação do trabalho. A consequência imediata

⁵⁶ GOUNET, T. *Fordismo e toyotismo*. São Paulo: Boitempo, 1999.

⁵⁷ SEWELL, G. The discipline of teams: the control of team-based industrial work through electronic and peer surveillance. *Administrative Science Quarterly*, Ithaca, v. 43, n. 2, p. 397-428, jun. 1998.

⁵⁸ KUENZER, A. Z. A educação profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 96, p. 877-910, out. 2006. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 10 ago. 2011.

dessa dissociação foi a desqualificação do trabalhador, dada a nova natureza que o trabalho adquiriu, reduzido a tarefas simplificadas e rotineiras cada vez mais especializadas e sem conteúdo para o qual era suficiente alguma escolaridade, muitas vezes dispensável treinamento e experiência. A formação destes trabalhadores conduzia o indivíduo ao trabalho “parcelado”, bem como da intensificação do trabalho.⁵⁹

Na era da acumulação flexível, as características demandadas pelo trabalhador envolvem o desenvolvimento de competências cognitivas superiores e de relacionamento, tais como: análise, síntese, criatividade, rapidez de resposta, comunicação clara e precisa, interpretação e uso de diferentes formas de linguagem, capacidade para trabalhar em grupo e de liderar, gerenciar processos para atingir metas, trabalhar com prioridades, avaliar, lidar com as diferenças, enfrentar os desafios das mudanças permanentes e buscar aprender permanentemente.⁶⁰

Em função do processo de mundialização, as elites nacionais assumiram a defesa de um modelo de formação profissional mais moderno e adequado ao novo momento econômico do Brasil. Neste, a questão da qualidade passou a ocupar lugar de destaque na defesa pública do valor da educação. Os vários projetos implementados são apresentados como reformas educacionais, que por sua vez, tiveram como ponto de partida a questão da empregabilidade. Assim, o Estado pôs em prática, por um lado, a qualificação, o treinamento e a formação profissional, financiados

⁵⁹ LUCENA, C. Trabalho, capitalismo e formação dos trabalhadores. In SCOCUGLIA, A. et al. *O controle do trabalho no contexto da reestruturação produtiva do capital*. Curitiba: CRV, 2011; BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

⁶⁰ KUENZER, A. Z. A educação profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 96, p. 877-910, out. 2006. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 10 ago. 2011; FRANÇA, R. L. O discurso e a educação profissional de nível técnico e tecnológico. In: SCOCUGLIA, A. et al. *O controle do trabalho no contexto da reestruturação produtiva do capital*. Curitiba: CRV, 2011.

com recursos públicos e, por outro lado, pretendeu combater o analfabetismo e a exclusão.⁶¹

A nova educação profissional orienta-se pelo conceito de empregabilidade. Como consequência, tem havido um processo de individualização da formação do trabalhador, pelo qual se indica que cada um é responsável por buscar suas competências a serem alcançadas, segundo o discurso governamental, com o desenvolvimento das habilidades básicas, específicas e de gestão. Observa-se atualmente a configuração de uma proposta de formação para o trabalho que se propõe a estar totalmente separada da educação formal e escolarizada.⁶²

5. Conclusões

Durante as últimas décadas, as economias capitalistas desenvolvidas e em desenvolvimento vêm sofrendo profundas transformações. A globalização ocorre por meio de um intenso processo de reestruturação produtiva que implica na integração dos mercados financeiros, fundamentada, por sua vez, no novo ideário político neoliberal de livre comércio e de uma menor presença do Estado como poder regulador das relações entre capital e trabalho. Para análises mais conservadoras, a globalização é bem vinda, reduzindo o poder do Estado intervencionista e propiciando maiores oportunidades e liberdades. Entretanto, vem ganhando destaque no debate acerca da globalização as interpretações que problematizam os seus efeitos perversos relacionados ao retrocesso de conquistas sociais com grandes perdas para a classe trabalhadora.

O processo de reestruturação produtiva do capital, fundamentado no novo ideário político neoliberal de livre comércio e de uma menor

⁶¹ FRANÇA, R. L. O discurso e a educação profissional de nível técnico e tecnológico. In: SCOCUGLIA, A. et al. *O controle do trabalho no contexto da reestruturação produtiva do capital*. Curitiba: CRV, 2011.

⁶² Idem.

presença do Estado como poder regulador das relações entre capital e trabalho têm implicado na construção de novas formas de controle do trabalho ao longo das cadeias produtivas. Dessa forma, o capital almeja romper com a estrutura político-institucional de regulação que lhe proporcionou crescimento e relativa estabilidade durante o período taylorista-fordista.

Sob a ótica do capital, cujo objetivo principal é a sua própria valorização, verifica-se um intenso processo de reorganização das relações interfirmas ao longo das cadeias produtivas e do trabalho com vistas à obtenção de maior flexibilidade e de elevação da produtividade mediante a introdução das inovações técnicas e/ou organizacionais. Esse processo vem afetando quantitativa e qualitativamente a força de trabalho, implicando em mudanças nas habilidades e qualificações requeridas, nos padrões de gestão da força de trabalho, no volume e na estrutura do emprego em diversos setores produtivos.

Por um lado, a reestruturação produtiva do capital visa responder à crise que se instaura no regime taylorista-fordista de acumulação a partir da segunda metade da década de 1970. Por outro lado, está implicando na construção de uma nova ordem de acumulação, porém, ainda circunscrita à lógica da reprodução do capital e fundada na dinâmica histórica das lutas de classes.

Referências

ABREU, A. R. et al. *Projeto II*. Reestruturação produtiva e qualificação. Campinas: Cedes/Finep/CNPq-PCDT, 1998.

ABREU, A. R. et al. *Subprojeto IV*. Reestruturação produtiva, trabalho e educação: os efeitos sociais da terceirização Industrial em três regiões do país. Campinas: Cedes/Finep/CNPq-PCDT, 1998.

ABREU, A. R. et al. *Relatório final*. Campinas: Cedes/Finep/CNPq-PCDT, 1998.

ACKROYD, S; WHITAKEN, A. Manufacturing decline and the reorganisation of manufacture in Britain. In: STEWART, P. et al. *Restructuring for economic flexibility*. Aldershot: Avebury, 1990.

AGLIETTA, M. *A comment and some tricky questions*. Paris: University of Paris X – Nanterre; CPEII – Centre d’Etudes Prospectives d’Informations Internationales, 2000. Mimeografado.

ALVES, G. *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2000.

AMIN, A. Post-fordism: models, fantasies and phantoms of transition. In: AMIN, A. (Ed.). *Post-fordism: a reader*. Oxford: Blackwell, 1996.

ANTUNES, R. (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

ANTUNES, R. Trabalho, reestruturação produtiva e algumas repercussões no sindicalismo brasileiro. In: ANTUNES, R. (Org.). *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos*. São Paulo: Boitempo, 1998.

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.

ATKINSON, J. The changing corporation. In: CLUTTERBURCK (Ed.). *New patterns of the work*. Aldershot: Gower, 1985.

BIHR, A. *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise*. São Paulo: Boitempo, 1998.

BOYER, R. *Is a finance led growth regime a viable alternative to fordism?* Paris: CEPREMAP; CNRS; EHESS, 2000. Mimeografado.

BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BURROWS et al. Introduction: fordism, post-fordism and economic flexibility. In: _____. *Fordism and flexibility: divisions and changes*. London: MacMillan Press, 1994.

CASTELLS, M; PEKKA. H. *Estado del bienestar y sociedad de la informacion: el modelo finlandês*. Madrid: Alianza Editorial, 2002.

CHESSAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

COX, K. R. Introduction: globalization and its politics in question. In: COX, K. R. (Ed.). *Spaces of globalization: reasserting the power of the local*. London: Guilford, 1997.

FRANÇA, R. L. O discurso e a educação profissional de nível técnico e tecnológico. In: SCOCUGLIA, A. et al. *O controle do trabalho no contexto da reestruturação produtiva do capital*. Curitiba: CRV, 2011.

GARRAHAN, P.; STEWART, P. *The Nissam enigma: flexibility at work in a local economy*. London: Mansell, 1992.

GEREFFI, G. Global commodity chains: news forms of coordination and control among nations and international industries. *Competition & Change*, Leeds, v. 1, n. 4, p. 427-439, maio 1996.

GOUNET, T. *Fordismo e toyotismo*. São Paulo: Boitempo, 1999.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HILL, S. Why quality circles failed but total quality might succeed. *British Journal of Industrial Relations*, Londres, v. 29, n. 4, p. 541-568, dez. 1991.

IANNI, O. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

KUENZER, A. Z. A educação profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 96, p. 877-910, out. 2006. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 10 ago. 2011.

LUCENA, C. Trabalho, capitalismo e formação dos trabalhadores. In SCOCUGLIA, A. et al. *O controle do trabalho no contexto da reestruturação produtiva do capital*. Curitiba: CRV, 2011.

MARX, K. *O capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MEIKSINS, P. Labor and monopoly capital for the 1990s: a review and critique of the labor process debate. *Monthly Review*, v. 46, n. 6, nov. 1994.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

PREVITALI, F. Dinámica del progreso técnico y relaciones de clase en el capitalismo: el caso de una empresa de montaje en el Brasil de los años noventas. *Estudios Latinoamericanos*. Nueva Época, Cidade do México, n. 21, p. 61-84, enero-junio, 2008.

PREVITALI, F. S. Reestruturação produtiva e novas relações interfirmas na cadeia automobilística nos anos 90. *Produto & Produção*, Porto Alegre, v. 4, n. 3, p. 62-76, out. 2000.

PREVITALI, F. S. Aspectos teóricos e estudos empíricos. In: SCOCUGLIA, A. et al. *O controle do trabalho no contexto da reestruturação produtiva do capital*. Curitiba: CRV, 2011.

PREVITALI, F. S. As relações de subcontratação no setor de autopeças: um estudo de caso. 1996. 148 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

PREVITALI, F. S.; FARIA, A. F. Reestruturação produtiva, trabalho e aualificação: um estudo sobre o setor de tabaco em Uberlândia-MG. In: LUCENA, C. (Org.). *Trabalho, precarização e emancipação humana*. Campinas: Alínea. 2008.

SALERNO, M. S. Produção, trabalho e participação: CCQ e Kanban numa nova imigração japonesa. In: FLEURY; FICHER (Org.). *Processo de trabalho e relações de trabalho no Brasil*. São Paulo: Atlas, 1985.

SEWELL, G. The discipline of teams: the control of team-based industrial work through electronic and peer surveillance. *Administrative Science Quarterly*, Ithaca, v. 43, n. 2, p. 397-428, jun. 1998.

TAVARES, M. C. *A Economia política da crise: problemas e impasses da política econômica brasileira*. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.

VAN DER PIJL, K. *The making of an atlantic ruling class*. Londres: Verso, 1988.

VASAPOLLO, L. *O trabalho atípico e a precariedade*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

WOOD, E. M. *The origin of capitalism*. New York: Monthly Review Press, 1999.

TRADUÇÃO

Apresentação*

O “Termo de Cooperação” (jan. 2010) firmado entre o Núcleo de Estudos Culturais do Programa de Pós-graduação em História da PUC-SP, o NUPEHCIT – Núcleo de Pesquisas e Estudos em História, Cidade e Trabalho–,¹ o Laboratório de Pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais do Curso de História da Unioeste-PR – Campus Marechal Cândido Rondon, Facultá di Scienze Umanistiche – Dipartimento di Lingue e Letterature Moderne, Roma e entre o Circolo Gianni Bósio, ambos, sediados em Roma, por razão da pesquisa, “NADA ENRAIZA NUM LUGAR SÓ - Memórias e Globalização”,² tem gerado bons frutos.

Através desse acordo, realizamos alguns eventos, como o projeto de extensão “Diálogos entre História Oral e Antropologia Visual: temas, evidências e procedimentos nas análises de vídeos e de entrevistas”, que trouxe à Universidade Federal de Uberlândia o antropólogo, pesquisador e documentarista Marco Fornarola.³ Durante oito dias, de modo quase ininterrupto, buscamos melhor entender as proximidades e os distanciamentos, através das lentes da História Social e da Antropologia Visual, sobre a História Oral.

Nas oficinas implementadas utilizamos diversos meios e recursos: filmes, textos, palestras, atividades de pesquisa, etc; entre eles destacou-se o documentário realizado por Fornarola e por outros pesquisadores do Circolo Gianni Bósio, sobre a

* O artigo A Thyssenkrupp nas dinâmicas do narrar: humanismo etnográfico e história oral (Brasília e Itália), de autoria do prof. Marco Fornarola, é aqui apresentado pelo Prof. Dr. Sérgio Paulo Morais.

¹ Refiro-me ao projeto de pesquisa, financiado pelo CNPq – edital MCT/CNPq 14/2009 – processo 472678/2009-4, “NADA ENRAIZA NUM LUGAR SÓ - Memórias e Globalização: um estudo sobre os trabalhadores da ThyssenKrupp Campo Limpo Paulista-SP, Santa Luzia-MG e Ibirité-MG (1957-2009)”, coordenado pela prof^a. dr^a. Yara Maria Aun Khoury (NEC/PUC-SP).

² Núcleo de Pesquisa e Estudos em História, Trabalho e Cidade (INHIS/UFU).

³ Nesse projeto contamos também com a colaboração dos professores Alcides Freire Ramos – NEHAC/UFU, Fabiane Santana Previtalli – NUPECS/UFU, Célia Rocha Calvo – INHIS/ NUPEHCIT/UFU, Paulo Roberto de Almeida NUPEHCIT/UFU e Tulio Barbosa – IG/NUPEHCIT/UFU.

“resistência” dos moradores de Tívoli à ocupação alemã, no período da segunda Guerra Mundial.⁴ Por intermédio do mesmo, trabalhamos mais detidamente em algumas questões que mais tarde aprofundaremos, como as “memórias compartilhadas” para a compreensão de narrativas orais e de vivências em comum de grupos sociais distintos, uma vez que as entrevistas com membros da resistência, comunistas, estudantes (que desconheciam a existência de fascistas na cidade) e membros do “novo” partido fascista italiano (jovens mais ou menos 20 anos), em “la festa mia” possuem eixos de concordância ou fios de proximidades em relação, por exemplo, aos bombardeios americanos ocorridos nos anos de guerra.

Situação que faz persistir memórias e interpretações semelhantes entre fascistas e *partigianes* sobre esse fato traumático, propiciando possibilidades intrigantes de avaliações sobre o presente. Entre algumas, as aproximações de julgamentos e de afinidades entre, por exemplo, um neofascista (que a princípio queria “bater” em Fornarola e, por fim, ao final da entrevista, o abraçou), um comunista e um anarquista contra a política externa americana, ou a favor dos palestinos nos conflitos com Isarel. Essas situações, em um primeiro momento, parecem não acompanhar noções de classe nem de disputas de memórias como estamos acostumados a compreender, ou a procurar.

Outro ponto que merecerá maiores atenções diz respeito ao sentido da etnografia humanista, a partir de pesquisadores como Ernesto de Martino e do próprio Gianni Bósio; vistos à luz, ou em diálogo, com nossos próprios referenciais e procedimentos de pesquisa.⁵

⁴ IL 25 APRILE è la festa mia. Direção: Marco Fornarola et al. Itália: Roma, Circolo Gianni Bósio, 2005. 1 filme (47min e 30 seg.)

⁵ Para as contribuições dos dois autores citados, ver: PORTELLI, A. Vou dizer agora: entrevistando o movimento. *História & Perspectivas*, Uberlândia (36-37): 9-31, jan.dez. 2007; para o que denominei como “nossos referenciais”. Ver: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. (Org.). *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho D’Água, 2004; e MACIEL, Laura Antunes. ALMEIDA, Paulo Roberto de. KHOURY, Yara Aun. *Outras Histórias: Memórias e Linguagens*. São Paulo Olho D’Água, 2006.

Para além de concepções teóricas, compartilhamos momentos práticos que envolveram a utilização e a naturalização do uso do gravador, composições de linguagens visuais pela câmera, etc. Nesse caminho, os exercícios de diálogo tornaram-se atividades que inquietaram nosso diversificado público, composto por alunos de graduação e pós-graduação (de diferentes cursos), professores da rede estadual, organizadores culturais, sociólogos, jornalistas e outros.

Conheci, entretanto, Marco Fornarola em um evento anterior ocorrido na cidade de Niterói, o “Sexto Encontro Nacional dos Trabalhadores na ThyssenKrupp”. Nessa situação, nos colocamos a trabalhar conjuntamente em torno daquilo que temos chamado de “Memória e Globalização”. Ao realizar as entrevistas, percebemos de antemão que as perguntas realizadas e as perspectivas que tínhamos partiam de percepções acadêmicas diferenciadas (por exemplo, enquanto me preocupavam questões sobre as experiências vividas por operários em uma empresa multinacional, à ele ocorriam situações mais amplas, tal como buscar, nas avaliações dos narradores, significados sobre o capitalismo ou pontos de vista sobre o poder, sobre o governo), contudo vimos que compartilhávamos perspectivas políticas muito próximas – mesmo sendo Marco Fornarola um ardoroso anarquista.

No artigo seguinte, escrito por Marco Fornarola, constam perspectivas sobre o direito à palavra e a urgência do diálogo como questão e prática política; debater as implicações metodológicas desse “olhar” etnográfico articulado às discussões sobre a própria natureza da fala e do trabalho com aqueles que foram “escolhidos” para falar, torna-se evidente para melhor entendermos as diversas vertentes que compõem um mesmo assunto.

O texto segue um padrão de rizoma, ao estilo Deleuze ou Guattari,⁶ e traz o tempo narrativo de um documentário, propiciando aos leitores a oportunidade de formular ponderações e de fazer indagações, para além das que nele constam.

⁶ DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.